

O “modelo francês” de formação em psicanálise

Gênese, princípio, protocolo e fundamento

Bernard Chervet,¹ Paris

Resumo: O nascimento e o reconhecimento do modelo francês de formação de novos psicanalistas se estenderam por meio século. Após a Segunda Guerra Mundial, surgiu uma quantidade impressionante de demandas de tratamento analítico e de formação em psicanálise. Em acordo com a IPA, o protocolo do modelo de Eitingon teve de ser adaptado a essa situação; daí as análises com, no mínimo, três sessões de 45 minutos por semana para aqueles que desejassem tornar-se analistas, além das supervisões coletivas. A reflexão sobre a formação veio acompanhada de uma decisão importante: a separação radical entre a análise pessoal e a formação dos candidatos. A ruptura com o modelo Eitingon baseia-se nesse princípio – e apenas nele. Trata-se do princípio institucional fundamental da formação. Esse princípio teve como consequência o fim das análises didáticas e a abertura da possibilidade de se tornar analista a todos aqueles que realizaram uma análise com um analista da IPA, seja ele didata ou não. Trata-se da reforma do “todo divã”. Por fim, o desejo de promover uma diversidade de analistas e de contar com o engajamento muito pessoal de cada analista em formação em seu percurso formativo leva a conceder uma grande liberdade a cada analista em formação na organização de seu programa, em ligação com seus centros de interesse e suas capacidades de identificação com os formadores.

Palavras-chave: análise pessoal, formação psicanalítica, princípio fundamental da formação, identificação, *après-coup*

1 Membro titular formador e ex-presidente da SPP, ex-secretário científico do Congresso dos Psicanalistas de Língua Francesa (CPLF). Ex-membro do Board e da Executiva da IPA.

Quais sentidos, em relação ao funcionamento mental, e que valores podemos reconhecer, com base em nossa experiência cotidiana como analistas formadores, no modelo francês de formação para as análises e supervisões psicanalíticas?

Uma constatação simples pode servir de ponto de partida: após mais de oitenta anos de monopólio do modelo de Eitingon – certamente utilizado com variações –, foram propostos e reconhecidos dois outros modelos de formação, trazendo diferenças e, com elas, consequências para a análise, o ensino e a formação de novos analistas.

Atualmente, existem, portanto, três modelos de formação oficialmente reconhecidos pela Associação Internacional de Psicanálise (IPA). O que significa essa evolução, estendida ao longo de um século? Trata-se de uma evolução do modelo Eitingon – por exemplo, uma simples modificação do número de sessões por semana – ou de uma contestação de alguns de seus padrões, ou mesmo de uma crítica ao espírito que ele transmite por meio de seus critérios?

Essa reflexão, promovida pelos responsáveis por este *Jornal*, exige que sejam lembradas as principais características do modelo francês e que estas sejam relacionadas a certos aspectos do funcionamento psíquico, a fim de que as exigências da formação não se reduzam a uma simples questão de protocolo – por exemplo, ao simples fato de que seu protocolo se baseia em um mínimo de três sessões semanais.

A flexibilização recente do modelo de Eitingon, permitindo, no âmbito da formação, análises com três, quatro ou cinco sessões por semana – e cada Instituto deve se posicionar diante dessa flexibilidade –, prova que o número de sessões é um elemento do protocolo, mas não é o fundamento do espírito que sustenta cada modelo.

Isso também se aplica à questão mais recente da introdução de sessões a distância no âmbito da formação. Esse critério não era contemplado por nenhum dos três modelos. A presença física do analisando e do analista no consultório deste último era um axioma

a priori de toda cura² analítica, que agora exige uma discussão pragmática e teórica.

De fato, desde a introdução de novas tecnologias capazes de responder em parte (o problema da confidencialidade permanece) às questões de distância, aos impedimentos para o deslocamento causados por doença, gravidez, estágio em local remoto, obrigação profissional temporária, ou às limitações ligadas ao contexto social, político, ambiental, e à pegada de carbono de cada indivíduo etc., o valor das sessões a distância precisa ser avaliado e comparado com o das sessões presenciais.

Diante da constatação acima, impõe-se uma questão importante: por que temos vários modelos? E o que dizer do desejo de promover novos modelos, em vez de fazer evoluir o modelo histórico?

É forçoso constatar que a evolução ocorrida é de conflituosidade entre vários modelos, mais do que uma diferenciação por transformação progressiva do modelo histórico elaborado por Eitingon. Atualmente temos dois modelos principais e um terceiro mais recente. Eles aparecem como alternativas conflitantes que põem em questão certos padrões do modelo de Eitingon.

Essa pluralidade também existe na política nacional de educação de muitos países, às vezes acompanhada de volatilidade e de precipitação em mudar o modelo do sistema escolar, cada um destes supostamente destinado a assegurar, melhor do que os anteriores, um aumento da taxa de sucesso escolar, mas, na realidade, sem elevar a aculturação global da população. Essa vacilação na transmissão da cultura parece atingir também os Institutos de Psicanálise. Sabemos que tal multiplicação é uma das respostas possíveis às tendências reductoras – aqui, do nível cultural. Outra resposta é o enrijecimento. A saturação é então obtida por um excesso de organização e de controle.

Ressaltemos, contudo, uma vantagem ligada a essa evolução para uma coexistência de vários modelos. A possibilidade de comparação representa um ganho para a reflexão teórica a respeito dos

2 NT. Será mantida a tradução literal da palavra francesa “*cure*” para a portuguesa “cura” no que se refere ao tratamento ou trabalho clínico psicanalítico.

critérios envolvidos em cada um deles, bem como para a ética transmitida pelo ensino e pela formação.

Uma primeira abordagem do surgimento do modelo francês poderia ser proposta de forma lúdica, por meio de uma piada. Esta afirmaria que os analistas franceses tendem a promover uma formação *made in France*, à sua imagem ou à sua medida, em nome do espírito e do “gênio” francês. Encontramos esse argumento na pena de Goethe, com uma pitada de ironia, no que diz respeito à tradução de textos literários e poéticos para o francês. O próprio Freud retomou esse argumento ao evocar a resistência dos franceses em traduzir sua obra na forma de uma Obra Completa. Ele interpretou esse atraso na tradução como o desejo de fabricar uma “psicanálise à francesa”! Mais uma vez, o aspecto negativo do atraso em fornecer aos francófonos uma publicação completa da obra de Freud vem acompanhado de um aspecto positivo: uma diversidade de traduções e a ausência de uma tradução hegemônica com valor de pensamento único. Esperemos apenas que essa tendência à “francização” não constitua a motivação essencial na elaboração de um modelo francês, mas que outros fatores mais pertinentes estejam em ação na sobre-determinação envolvida na progressiva diferenciação de um novo modelo qualificado como francês!

Ressaltemos ainda um ponto de retórica. Ao tentar convencer o leitor a respeito do modelo francês, pode ser que o autor esteja ocupado em convencer a si mesmo, assim como a seus colegas francófonos, e, assim, justificar o critério das “três sessões”, tantas vezes atacado e usado para não se debruçar sobre o que realmente fundamenta o modelo francês – ou seja, a separação radical entre a análise pessoal e a formação institucional, esta última só podendo se tornar efetiva após uma certa duração da análise, ou seja, depois que o candidato tenha feito a experiência de uma melhora de sua vida psíquica graças ao método analítico. Reduzir o debate às três sessões seria engajar-se e manter uma querela entre modelos.

Em outras palavras, não há grande interesse em sustentar que este ou aquele modelo é o melhor, mas há mais proveito em mostrar e explicar em que medida cada modelo constitui um dos caminhos

possíveis para formar novos analistas e lhes despertar o desejo de exercer a psicanálise, ao mesmo tempo em que se mantém uma comparação possível entre os modelos do ponto de vista do que cada um deles privilegia no funcionamento psíquico.

Na realidade, o surgimento dos modelos, quaisquer que sejam, assim como os critérios defendidos por cada um deles, não se baseia apenas em razões racionais, mas também em lógicas e reminiscências irracionais, bem como em um contexto histórico. Recentemente, uma das razões invocadas para justificar as três sessões pôde ser o contexto econômico. No entanto, esta não existia quando a solução das três sessões foi promovida. Portanto, não se pode confundir o que esteve na origem do surgimento de certos padrões com o que motiva sua utilização atual.

Contexto histórico

Algumas palavras sobre a gênese do modelo qualificado como francês. Essa gênese ocorreu em várias etapas, uma primeira relativa ao protocolo, uma segunda instaurando o próprio princípio do modelo francês. Não é impossível que o segundo fator já estivesse latente desde as modificações do protocolo da análise e da formação, motivadas por razões conjunturais e pragmáticas.

A psicanálise foi introduzida na França no início do século 20, por meio de diversas disciplinas: a medicina, a psiquiatria, as artes, a filosofia etc. Essas vias de entrada tiveram um valor equivalente no que diz respeito à apropriação da psicanálise na França. Desde o início, o meio médico francês mostrou-se ambivalente. Esse aspecto foi compensado pelo fato de que a psicanálise foi, paralelamente, acolhida por muitas pessoas para as quais ela oferecia um novo caminho de pensamento e inspiração. A psicanálise infiltrou-se primeiramente na cultura francesa e somente depois passou a ser considerada seriamente como técnica de cuidado e como referencial conceitual, um corpus científico próprio ao funcionamento psíquico. A busca de inspiração por parte dos artistas, bem como a necessidade dos

filósofos de encontrar novas vias de reflexão, disputou espaço com a pesquisa dos psiquiatras por métodos terapêuticos promissores. O uso motivado das lógicas irracionais próprias do sonho e do campo do infantil, com o objetivo de tratar as disfunções mentais, era pouco compreensível para uma psiquiatria que acabava de se libertar do magnetismo e da hipnose.

Em 1920, Eugénie Sokolnicka introduziu a psicanálise nos meios literários parisienses. O reconhecimento dessa nova disciplina estendeu-se progressivamente aos médicos e psiquiatras. Em 1926, um pequeno grupo fundou a Sociedade Psicanalítica de Paris e, em 1927, a *Revue Française de Psychanalyse*, sob o olhar benevolente de Freud e com a delegação por ele concedida à princesa da Grécia, Marie Bonaparte. Mas foi sobretudo Rudolph Loewenstein, formado no Instituto de Psicanálise de Berlim, quem possibilitou o desenvolvimento do grupo ao se instalar na França. O modelo de formação era o de Berlim, promovido por Max Eitingon.

Em 1925, foi estabelecida a primeira regra de formação, segundo a qual todo futuro analista deveria ter ele próprio feito uma psicanálise. Em seguida, Eitingon instituiu o primeiro modelo de formação no Instituto de Psicanálise de Berlim, antes de emigrar para a Palestina e de se juntar ao que viria a se tornar, em 1946, a Sociedade Psicanalítica da Palestina, posteriormente Sociedade Psicanalítica Israelense.

Durante a ocupação da Áustria pelos alemães, Marie Bonaparte favorece a emigração, em 1938, de Sigmund Freud e de sua família para Londres, via Paris. A guerra desorganiza então a Sociedade Psicanalítica de Paris. R. Loewenstein emigra para os Estados Unidos, e o grupo se dispersa. Ao fim da Segunda Guerra Mundial, em 1946, a Sociedade Psicanalítica de Paris, que não havia sido dissolvida, se reorganiza. As regras relativas à prática da psicanálise permanecem então as mesmas que haviam sido adotadas antes da guerra, em conformidade com os padrões da IPA e com o modelo de Eitingon. A SPP não possuía um Instituto propriamente dito, mas as análises didáticas, as supervisões do percurso de formação e o ensino eram ministrados pelos analistas didatas.

Um novo fator, de ordem bastante pragmática, entra então em cena: uma forte demanda por análise e formação em psicanálise. O “*baby boom*” do pós-guerra, somado ao número restrito de analistas didatas (formadores), levantou de forma muito concreta a questão do ensino da psicanálise e da formação de novos analistas na França, assim como a da organização de um Instituto de formação, com as escolhas que isso implica entre diversas opções: independência ou aproximação entre o Instituto e a SPP, articulações com a universidade e o mundo médico, modalidades práticas do percurso formativo etc.

Essa forte demanda, assim como a necessidade de reconstruir a SPP, está na origem de decisões relativas ao protocolo das análises didáticas: reduzir o número de sessões para três por semana, a duração das sessões para 45 minutos, a duração das supervisões individuais também para 45 minutos, e inventar a supervisão coletiva (Kernberg & Michels, 2016).

A fórmula das supervisões coletivas foi, portanto, criada pelas mesmas razões pragmáticas. Ela permitia formar um número maior de analistas em um período muito mais curto.

Essas propostas foram feitas em concertação com a IPA, que as admitiu de maneira temporária.

Foi nesse contexto de redução pragmática que Lacan promoveu as sessões cada vez mais curtas, de duração variável, e introduziu uma nova técnica: a escansão. Vivas discussões se seguiram, que culminaram na demissão de Lacan, em um contexto de demissões múltiplas relacionadas à organização do novo Instituto e à guerra entre os que desejavam uma aproximação com o modelo universitário e aqueles que queriam manter um vínculo com o campo médico, optando ao mesmo tempo por um Instituto autônomo das instituições médicas.

Uma certa tolerância foi aceita com relação à frequência e à duração das sessões nas análises de formação (três ou quatro sessões por semana), e os mesmos princípios de frequência foram aplicados às supervisões em grupo. Assim, o protocolo do futuro modelo francês surgiu, antes de tudo, por razões pragmáticas, e não por razões teóricas ou éticas.

Em 1953 foi fundado, sob a égide de Marie Bonaparte, o Instituto de Psicanálise de Paris, estrutura independente da Sociedade Psicanalítica de Paris (SPP). Apenas em 1986 ele passou a integrar a SPP, o que originou um potencial conflito entre o Conselho de Administração da SPP e o Comitê de Direção do Instituto.

A cisão da SPP em 1953 não foi, portanto, consequência imediata das três sessões semanais, nem das sessões curtas, tampouco da técnica da escansão tal como praticada por Lacan e rejeitada pela SPP e pela IPA. A principal razão residia no conflito entre dois modelos de organização do Instituto de formação: um sob a tutela da universidade de Psicologia e outro, privado e independente da universidade, apoiado por Marie Bonaparte, emissária de Freud.

Os critérios de formação são, assim, as verdadeiras razões dessa cisão – uma guerra entre duas orientações. É importante destacar que não se tratava, de forma alguma, de uma guerra entre o modelo de Eitingon e um novo modelo francês.

Essa cisão em torno da questão da formação foi aproveitada por Lacan. Ela rapidamente se transformou na cisão de Lacan com a SPP e, por consequência, com a IPA, dissimulando os verdadeiros impasses iniciais. A principal fonte das disputas foi sendo cada vez mais encoberta pela questão da duração variável das sessões e pela prática da escansão, defendidas por Lacan – sessões curtas, de duração variável, cujo fim não é previsível, parecendo depender da subjetividade do analista. O número de sessões não fazia parte da querela.

Essa cisão levou à criação da Sociedade Francesa de Psicanálise (*Société Française de Psychanalyse* – SFP), fundada por um pequeno grupo de analistas dissidentes da SPP, à qual Lacan se juntou rapidamente.

Apesar desses turbulentos rearranjos (como a eleição sucessiva de quatro presidentes em um único dia, em junho de 1953, após três demissões), a SPP seguiu com seu desenvolvimento. Ela continuou a ser uma sociedade constituinte da IPA, o que não ocorreu com a nova SFP.

Em 1964, Jacques Lacan foi afastado de suas funções de formação na SFP devido ao seu modelo da escansão. Ele deixa a SFP e funda

a Escola Freudiana de Paris (*École Freudienne de Paris* – EFP). Essa cisão está na origem do nascimento da Associação Psicanalítica da França (*Association Psychanalytique de France* – APF), que adota os critérios da prática e da formação da IPA, tornando-se uma sociedade componente da IPA. Outros movimentos, menos espetaculares, mas igualmente centrados na questão da formação e de seus modelos, passaram a ocupar a dinâmica das instituições psicanalíticas francesas. O Quarto Grupo (*Quatrième Groupe*) então encontrou suas razões de existir, dividindo-se alguns anos depois e dando origem à Sociedade Psicanalítica de Pesquisa e Formação (*Société Psychanalytique de Recherche et Formation* – SPRF), que viria a tornar-se também uma sociedade componente da IPA.

Em 1971, a APF aboliu a análise didática. Toda psicanálise é uma psicanálise pessoal. O protocolo das três sessões por semana, reservado nos anos 1950 às psicanálises de formação e às análises supervisionadas, estende-se progressivamente a toda cura psicanalítica.

Em 1994, a SPP segue o mesmo caminho, abolindo a exigência, para se tornar candidato, de realizar uma psicanálise com um formador (um membro em formação). Trata-se da reforma do “todo divã”. Todas as candidaturas à formação provenientes de pacientes que realizaram uma análise com um membro da IPA passam a ser examinadas. Uma tendência similar emergiu em outros países, particularmente nos de língua francesa.

Em 2004, enquanto Daniel Widlöcher se torna presidente da API, o modelo de tratamentos psicanalíticos utilizado pelos Institutos de formação da SPP e da APF – modelo cujo um dos critérios é um mínimo de três sessões por semana – é reconhecido pela IPA como uma análise válida para tornar-se psicanalista.

Outras razões racionais e irracionais implicadas

Após esse breve panorama histórico ancorado em causas pragmáticas, podemos retomar outras razões frequentemente evocadas a

propósito do modelo francês, razões essas que compartilham uma sobredeterminação e que influenciaram sua emergência.

A explicação das evoluções dos nossos modelos frequentemente se refere a realidades pragmáticas tidas como justificativas. Em geral, as modificações propostas vão no sentido da diminuição do número de sessões ou de outras exigências – como a duração das sessões –, o que inevitavelmente desperta suspeitas, tanto mais legítimas quanto mais o conflito assume contornos passionais.

Aqueles que se opõem a tais mudanças alegam que elas põem em ato a tentativa de escapar ao trabalho psíquico exigido pela oscilação presença-ausência promovida pelas sessões – uma forma de eliminar as endopercepções da falta por meio da redução do número ou da duração das sessões, fabricando assim uma falta tangível, uma falta de sessões. O argumento psicanalítico principal é o seguinte: essas reduções constituem, em última instância, uma forma de estabelecer uma falta da assunção do vir a ser consciente, favorecendo uma realização alucinatória de algum desejo inconsciente edípico. Outro argumento é invocado: o aumento da descontinuidade em oposição à necessidade de criar uma continuidade através de um número elevado de sessões e de durações longas.

As paixões despertadas por esses debates refletem o uso do número de sessões como uma defesa contra o trabalho psíquico exigido pela descontinuidade das sessões. A continuidade torna-se então uma norma quase ritual, adotada por certos grupos de psicanalistas. Na realidade, esse conflito entre uma descontinuidade exigente e uma continuidade tranquilizadora não depende do número de sessões. O desejo de continuidade e os efeitos da descontinuidade existem em todos os modelos.

Do ponto de vista do trabalho psíquico, o desejo de reduzir a duração da análise, o número e a duração das sessões vão contra o conforto necessário ao analista para realizar seu trabalho de escuta, interpretação e pensamento com seus pacientes – e contra a experiência analítica do paciente, que consiste em recorrer à própria mentalização. Ao defender essas reduções, o analista trabalha, portanto, contra si mesmo e contra a análise, privando-se do conforto necessário para

sustentar a exigência de mentalização (Kernberg, 1996). Um se priva da parte confortável do método; o outro, do potencial revelado por esse método.

Voltemos a outras justificativas para as três sessões. Uma lógica irracional consiste em sustentar que o valor do número 3 corresponderia melhor à dimensão ternária do complexo de Édipo, ao princípio paterno da psique, à terceiridade introduzida e sustentada pelo supereu. Essas concepções provêm de pensamentos animistas e mágicos, até mesmo heráldicos, baseados na esperança de que o uso de um número – o “número” – possa criar aquilo que se deseja.

Uma vez reconhecido esse animismo compartilhado, podemos identificar outras razões mais sérias que sobredeterminam as três sessões por semana:

Do ponto de vista da infância e suas reminiscências, cada modelo carrega memórias culturais genéricas, mas também familiares e pessoais mais singulares – como a criança vivenciou a escola, sua relação com mestres e professores, com o saber, com os ritmos escolares; quais discursos circulavam na família sobre ensino e conhecimento. Nessa sobredeterminação, encontramos lembranças esquecidas ou recalçadas, repetições e transgressões ligadas à autoridade.

Do ponto de vista da formação, não há um único modelo de ensino plenamente satisfatório (Kernberg, 2002). Todos partilhamos o desejo de encontrar esse modelo ideal – daí a tentação de inventar novos modelos continuamente.

Do ponto de vista dos pacientes, nenhum modelo pode garantir o sucesso de um tratamento analítico, nem para o paciente nem para o analista, do mesmo modo que sucessivos modelos educacionais não reduzem o fracasso escolar.

As resistências criam obstáculos e às vezes até são as fontes mesmas de interrupções de tratamento. Nesses casos, espera-se que um modelo diferente traga o sucesso esperado – mas sabemos que certas resistências impõem a mesma dificuldade ao trabalho analítico, qualquer que seja o modelo utilizado, qualquer que seja o contexto social.

Por fim, cada modelo oferece um protocolo e um enquadre de pensamento diferentes, que podem se aplicar mais ou menos bem a

diferentes tipos de pacientes. De acordo com a organização psíquica do paciente, um modelo poderá ser mais adequado – ou mais bem utilizado – por determinado paciente.

Cada modelo é promovido pelo desejo de oferecer ao paciente o *Nebenmensch* – o outro humano próximo, a pessoa suficientemente bem informada, aquela que tem a resposta adequada, a “mãe suficientemente boa”, que permita ao sujeito retomar seu desenvolvimento psíquico. E, como há diferentes tipos de pacientes, é lógico que existam diversos modelos, mesmo que a questão de seu objetivo comum, promovido pela metodologia analítica, subsuma suas diferenças de protocolo e acolhimento. Alguns analistas defendem que o protocolo de três sessões semanais convém especialmente a pacientes neuróticos, enquanto um protocolo com mais sessões seria mais bem adaptado a pacientes com organizações-limite ou borderline. Outros analistas pensam o oposto, que, pacientes muito frágeis, não se deve submetê-los a circunstâncias protocolares excessivamente exigentes.

Há ainda uma outra razão, talvez a mais importante, embora mais teórica, por envolver o supereu. Trata-se da organização própria do modelo francês – e não apenas do número de sessões. Diz respeito à separação de funções e à aspiração de uma psique a se organizar segundo o processo de *Nachträglichkeit* (après-coup). É isso que vamos explorar a seguir.

Características do modelo francês: liberdade e separação das funções

Recordemos brevemente as características principais do modelo francês, deixando de lado as variações institucionais existentes entre a SPP, a APF, a SPRF ou outras sociedades que utilizam variantes referidas ao “modelo francês”. Nenhum modelo francês acabado jamais foi verdadeiramente descrito, exceto do ponto de vista dos critérios das “psicanálises de formação” e da formação propriamente dita.

A qualidade principal e nodal do modelo francês é tipicamente francesa, a *liberdade* – termo cujo duplo sentido pode com justiça

provocar um sorriso. Essa liberdade pode significar tanto adquirir a própria liberdade por meio de um trabalho longo e exigente de mentalização, sob a égide de um supereu individual (Freud, 1923/1991) interpelado pelo supereu cultural do Instituto de formação, como também se liberar do supereu, afastando tudo o que é sentido como desprazer, a fim de escapar a esse trabalho de mentalização.

Essa característica vem acompanhada de sua consequência lógica: a separação das funções. É essa separação que garante a referida liberdade. Há uma analogia entre um regime político – a democracia – e um funcionamento psíquico capaz de construir sua liberdade por meio das exigências do supereu individual, sustentado pelo supereu cultural, mas não limitado a este.

1. Liberdade na escolha de seu analista. Essa liberdade vai além de uma simples escolha entre diferentes analistas didatas. Cada paciente pode iniciar uma psicanálise com um psicanalista da IPA, seja ele quem for (SPP), ou com um analista de qualquer filiação (APF), sem que seja necessário que esse analista seja um didata.

2. Liberdade para o psicanalista decidir se três ou quatro sessões por semana são mais apropriadas, bem como aceitar ou recusar determinado paciente.

3. Liberdade para a instituição aceitar ou recusar o candidato (liberdade nos critérios de seleção).

4. Liberdade para os Institutos organizarem seu programa de formação, seminários, grupos de trabalho, supervisões individuais e coletivas.

5. Liberdade quanto ao momento em que um candidato pode solicitar sua entrada no Instituto para iniciar sua formação.

6. Liberdade na escolha do ou dos supervisores.

7. Liberdade na escolha dos seminários, grupos de trabalho, jornadas, colóquios e congressos que os candidatos são convidados a frequentar.

Essa liberdade não é uma idealização. Ela se baseia no fato de que cada analisando terá a iniciativa de construir seu próprio percurso de formação, utilizando à sua maneira o que os Institutos lhe oferecem. O objetivo, na avaliação final do currículo, com vistas à

validação, é apreender a implicação do superego individual de cada analista e, assim, sustentar a diversidade dos futuros analistas, evitando o risco de formatação ligado ao superego cultural sustentado por cada Instituto.

Uma tal liberdade anda de mãos dadas com o fato de que o analista da análise pessoal não interfere, de modo algum e em momento algum, no processo de formação de seu paciente que deseja tornar-se candidato.

A psicanálise, enquanto tratamento e enquanto experiência individual singular, é claramente distinta e separada da formação, que se sustenta pelo desejo de tornar-se analista – desejo esse que pode ocultar múltiplos significados latentes, envolvendo diversos desejos inconscientes a serem elaborados durante as sessões (Freud, 1926/1994).

Essa separação radical de funções veio substituir a análise didática. Para sustentar e preservar essa distinção clara, uma ética da discrição é requerida por parte do analista do candidato. Essa ética se apoia na ética freudiana, estabelecida por Freud em 1938, no “Compêndio de psicanálise”: “sinceridade total contra discrição absoluta” (1938/2010a).

Cabe aqui destacar uma evolução própria do modelo francês.

Nos Institutos que utilizam o modelo francês, são exigidos vários anos de análise pessoal (pelo menos três) antes de se poder candidatar ao início da formação. Há alguns anos, ainda que isso não estivesse inscrito nos textos reguladores da seleção de candidatos, era aconselhado candidatar-se à formação após ter terminado sua análise pessoal e possuir uma prática clínica privada. Atualmente, e cada vez com mais frequência, a análise pessoal continua enquanto a formação já foi iniciada. Desse ponto de vista, o modelo francês e o modelo Eitingon se aproximam e mantêm pontos de contato e semelhanças – tanto mais que a separação das funções tem sido cada vez mais respeitada pelos Institutos que adotaram o modelo Eitingon, desde a supressão do “reporting”. No entanto, no modelo Eitingon, a análise pessoal e a formação permanecem interdependentes e se sobrepõem no tempo e de diversas maneiras.

Implicações teóricas: descontinuidade, continuidade, après-coup

O ponto teórico evocado anteriormente como a razão mais importante que sustenta o modelo francês diz respeito à própria organização de uma psique segundo o processo do après-coup, portanto, apta a responder às atrações traumáticas por um percurso descontinuo, combinando vias *regredintes* e *progređintes* (Chervet, 2019). Esse trabalho do après-coup se realiza sob a égide de um supereu que vela para que tenham lugar as diversas modalidades de atividades psíquicas regressivas da passividade.

O modelo francês é frequentemente considerado como o que respeita melhor a descontinuidade psíquica e suscita um funcionamento psíquico em dois tempos, baseado nessa dinâmica específica do après-coup, com seu período de latência entre os dois tempos – um primeiro qualificado como traumático, um segundo, como elaborativo.

Os colegas anglo-saxões falam mais em efeito retardado, ou mesmo em regressão e atribuição retroativa. Como essas diversas traduções não são satisfatórias, o uso do termo après-coup tem se generalizado cada vez mais.

O complemento de tal opinião é afirmar que o modelo anglo-saxão de cinco sessões por semana cria uma continuidade que protege o paciente de sua descontinuidade psíquica e do trabalho específico que ela exige.

Tal demarcação, sustentada por uma realidade manifesta, entre os modelos e o par continuidade-descontinuidade, parece dificilmente sustentável do ponto de vista psicanalítico, e a descontinuidade pode ser sentida de forma muito mais intensa com um maior número de sessões.

Na verdade, os fundamentos teóricos implicados na escuta do analista, sua concepção do funcionamento mental, parecem ser a determinação mais decisiva. A influência do analista estará, de fato, ligada ao seu próprio funcionamento mental, que subsume suas teorias implícitas e explícitas. Trata-se, portanto, do valor atribuído

ao discurso do paciente pelo analista, na medida em que este é a expressão da compulsão à repetição do “golpe” traumático ou o resultado do processo do *après-coup*.

A diferença entre os dois tempos é uma diferença de economia. A do primeiro tempo é uma economia regressiva com finalidade extintiva, portanto, traumática; a do segundo tempo, uma economia progressiva, inscrita na psique sob a forma de investimento e voltada para a objetividade, fundando o desejo. Entre os dois tempos, é realizado um trabalho de elaboração graças à utilização, à cooptação, de um evento segundo que entra em correlação com o primeiro e o dissimula. Essa eleição de um segundo evento permite realizar um trabalho de deformação da dimensão traumática do primeiro, daí uma modificação de sua economia regressiva. Esse trabalho exige uma regressão a partir do evento recente, resultando em uma mutação da economia traumática ligada ao primeiro. Essa dinâmica de mutação econômica ocupa o funcionamento mental banal. É aquela que encontramos regularmente a cada dia e a cada noite, a que se realiza graças à oscilação vigília/sono³ diária. O fato de permitir que a descontinuidade tenha um impacto traumático experimentado pelo paciente busca favorecer o desdobramento do processo do *après-coup*; mas este permanece sempre incerto, e nenhum protocolo assegura sua instalação e eficiência. Se um protocolo de cinco ou seis sessões por semana pode favorecer preferencialmente as sensações e expectativas de continuidade, também solicita uma demanda aditiva que pode se expressar em termos de “ainda” em relação às experiências de descontinuidade. Assim, tal protocolo não impede necessariamente o processo do *après-coup*. O que o impede é a tentativa de negar as descontinuidades e de buscar, como em um sonho, uma continuidade alucinatória.

As concepções teóricas latentes do analista, aquelas implicadas em sua escuta e atenção, parecem ser o principal ponto de diferenciação entre os modelos. Se a continuidade for o objetivo buscado e idealizado, o efeito de *après-coup* não será nem reconhecido nem

3 NT. *Nyctbémérale*, no original em francês.

facilitado; se, ao contrário, a descontinuidade for privilegiada, a necessidade de uma ilusão de continuidade será negligenciada.

O trabalho psicanalítico deve favorecer as operações psíquicas do paciente, tanto aquelas realizadas na presença do analista quanto as que ocorrem em sua ausência (Freud, 1937/2010b). Com suas três, quatro ou cinco sessões por semana, os modelos de formação compartilham o fato de pôr o par continuidade-descontinuidade no centro mesmo da técnica que sustentam, todos apoiados nos efeitos da oscilação.

Algumas palavras sobre o *après-coup* e a descontinuidade se impõem aqui.

O *après-coup* é geralmente compreendido de uma maneira que não é falsa, mas bastante incompleta. O que ele designa, de forma habitual, é o resultado do trabalho psíquico – o elemento de reinterpretação, retradução, retranscrição, reescrita e, às vezes, de criação de uma nova versão, de uma nova produção com base em uma anterior, mais regressiva e traumática (Freud, 1937/2010c).

Essas compreensões e concepções do *après-coup* estão apoiadas no próprio advérbio “*après coup*”, sem hífen, como *nachträglich* em alemão. Elas entram em ressonância com a retrogressão de Breuer, que consiste no retorno a um ponto traumático do passado, seguido da reconstrução, a partir desse ponto, de uma nova história, graças a uma regressão temporal.

Essa compreensão não dá espaço suficiente ao valor econômico da regressão formal e ao trabalho psíquico realizado graças a essa regressão, no sentido em que Freud a teorizou em sua doutrina do sonho. É esse trabalho regressivo que é essencial no processo mais amplo representado pelo substantivo *après-coup*, com hífen – ou seja, a *Nachträglichkeit* de Freud.

O sentido corrente de “*après coup*” favorece e designa os resultados progressivos do trabalho psíquico, mas deixa de lado esse trabalho de perlaboração que se situa entre os dois tempos, entre duas sessões.

No processo do *après-coup*, um segundo acontecimento é buscado/encontrado/criado de tal forma, que permita uma regressão

ao primeiro acontecimento, dissimulado pelo segundo, e à economia traumática que ele carrega. Essa economia é dominada pela tendência das pulsões à extinção, tendência que é modificada pelo trabalho realizado no caminho regressivo.

Emma vê os “caixeiros” (o segundo acontecimento) porque está diante da necessidade de modificar a economia regressiva do momento traumático ligado ao acontecimento do “merceeiro” (o primeiro acontecimento).

Essa utilização da tendência extintiva em benefício das inscrições libidinais constitui o sentido mais importante do *après-coup*: a modificação de uma economia primitiva traumática, segundo um processo em dois tempos e graças a um trabalho psíquico invisível que se realiza na passividade. Essa modificação liberta o sujeito das atrações regressivas próprias dessa economia e permite ao desejo aceder a uma dinâmica oscilatória.

O trabalho regressivo utiliza um segundo acontecimento fortuito para modificar a economia do primeiro acontecimento traumático. Esse trabalho regressivo produz uma nova economia libidinal que se beneficia da dimensão catártica para se tornar disponível, ao passo que a primeira economia traumática permanecia fixada, imobilizada.

É isso que fazemos a cada noite, ao utilizar os restos diurnos, ao reencontrar as lembranças da infância, para que as moções pulsionais regressivas possam ser transformadas em uma economia livre – a do desejo, a de um acréscimo de desejo livre ao despertar.

É também o que fazemos, sessão após sessão, sob o modelo do brincar das crianças, sendo a própria sessão alternativamente afastada e trazida para mais perto. Esse “brincar” utiliza a repetição das sessões para construir os processos psíquicos – processos que permitirão efeitos de transformação da economia, transformação essa solicitada, até mesmo exigida, pela descontinuidade presença-ausência.

Essa dimensão regressiva traumática não repousa sobre o acontecimento externo escolhido e indutor, mas é inerente às moções pulsionais tais como Freud as descreveu em 1920. Isso explica por que o processo do *après-coup* caracteriza o trabalho psíquico ao longo de toda a vida. Os quadros da psicopatologia são avatares e impasses

do après-coup, ou até fracassos do processo de après-coup. Os après-coups, enquanto resultados, revelam as dificuldades do próprio processo de après-coup.

É possível perceber que o termo “après-coup” pode transmitir vários sentidos contraditórios, razão pela qual sua simplificação é frequente no discurso comum. Na realidade, o substantivo après-coup é o único termo verdadeiramente psicanalítico, enquanto o advérbio e o adjetivo pertencem à linguagem comum. O próprio Freud compreendeu essas diferenças, o que o levou a inventar o neologismo *Nachträglichkeit*.

Um desejo à guisa de conclusão

Um último ponto, sobre a evolução dos modelos. Há algo que poderia ser importante para o futuro: a existência de passagens, pontes, jogos de equivalência, reconhecimentos mútuos entre os processos sustentados pelos diferentes modelos, que deveriam ser criados pela IPA, possibilitando que os analistas formados segundo cada modelo se reconheçam mutuamente e possam trabalhar juntos dentro de uma mesma sociedade.

Esperemos que, no futuro, nossas instituições possam encontrar esse caminho que permita aos analistas formados por modelos diferentes coabitar, mas, sobretudo, trabalhar juntos, pensar a psicanálise e a vida psíquica em conjunto.

Isso certamente servirá para enriquecer a psicanálise e evitar que as tendências de reduzir nosso método prevaleçam.

El “modelo francés” de formación en psicoanálisis: génesis, principio, protocolo y fundamento

Resumen: El nacimiento y el reconocimiento del modelo francés de formación de nuevos psicoanalistas se desarrollaron a lo largo de medio siglo.

Tras la Segunda Guerra Mundial, se presentó una cantidad impresionante de demandas de tratamiento analítico y de formación en psicoanálisis. De acuerdo con la IPA, el protocolo del modelo de Eitingon tuvo que adaptarse a esta situación; de ahí los tratamientos de al menos tres sesiones semanales de 45 minutos para quienes deseaban convertirse en analistas, así como las

supervisiones colectivas. La reflexión sobre la formación fue acompañada por una decisión importante: la separación radical entre el análisis personal y la formación de los candidatos. La ruptura con el modelo de Eitingon se basa en este principio, y únicamente en él. Se trata del principio institucional fundamental de la formación. Esta decisión implicó el fin de los análisis de formación y la apertura de la posibilidad de convertirse en analista para todo aquel que haya realizado un tratamiento con un analista de la IPA, ya sea formador o no. Es la reforma del “todo diván”. Por último, el deseo de promover una diversidad de analistas y de confiar en el compromiso personal de cada candidato en su recorrido formativo llevó a conceder una gran libertad a cada analista en formación para organizar su programa formativo en función de sus intereses y de sus posibilidades de identificación con los formadores.

Palabras clave: análisis personal, formación psicoanalítica, principio fundamental de la formación, identificación, après-coup

The “French model” of psychoanalytic training: genesis, principle, protocol, and foundation

Abstract: The birth and recognition of the French model for training new psychoanalysts unfolded over half a century. After World War II, there was an overwhelming demand for analytic treatment and psychoanalytic training. In agreement with the IPA, the Eitingon model protocol had to be adapted to this situation; hence, the implementation of a minimum of three weekly 45-minute sessions for those wishing to become analysts, as well as group supervision. The reflection on training was accompanied by a key decision: the radical separation between personal analysis and candidate training. The break with the Eitingon model rests on this principle alone. It is the fundamental institutional principle of the training. This led to the end of training analyses and the opening of the possibility of becoming an analyst to anyone who had undergone a treatment with an IPA analyst, whether or not they were a training analyst. This is known as the “all-couch” reform. Finally, the desire to promote a diversity of analysts and to rely on each candidate’s personal commitment to their training path resulted in granting each candidate considerable freedom in organizing their training program in line with their interests and capacity for identification with trainers.

Keywords: personal analysis, psychoanalytic training, fundamental principle of training, identification, après-coup

Le “modèle français” de formation à la psychanalyse : genèse, principe, protocole et fondement

Résumé : La naissance et la reconnaissance du modèle français de formation de nouveaux psychanalystes, se sont **étalées** sur un demi siècle. Suite à la seconde guerre mondiale, s’est présentée une quantité impressionnante de demandes de cure analytique et de formation à l’analyse. En accord avec l’API, le protocole du modèle de Eitingon a dû **être** adapté à cette situation ; d’où les cures à 3 séances minimum de 3/4h par semaine pour ceux souhaitant devenir analyste, et les supervisions collectives. La réflexion sur la formation s’est accompagnée d’une décision importante : la séparation radicale de l’analyse personnelle et de la formation des candidats. La rupture avec le modèle Eitingon repose sur ce principe, et uniquement sur lui. Il s’agit du principe institutionnelle fondamentale de la formation. Ce principe a eu pour conséquence la fin des analyses de formation et le fait d’ouvrir la possibilité de devenir analyste à tous ceux qui ont suivi une cure avec un analyste de l’IPA, qu’il soit formateur ou non. C’est la réforme du « tout divan ». Enfin, le souhait de promouvoir une diversité d’analystes et de compter sur l’engagement très personnel de chaque analyste en formation dans son parcours de formation, aboutit à laisser une très grande liberté à chaque analyste en formation dans l’organisation de son programme de formation en lien avec ses centres d’intérêt et ses capacités d’identification aux formateurs.

Mots-clés : analyse personnelle, formation psychanalytique, principe fondamental de la formation, identification, après-coup

Referências

- Chervet, B. (2019). Le “modèle français” et les cures psychanalytiques à trois séances par semaine et l’après-coup. *Revue Française de Psychanalyse*, 83(1), 223-234.
- Freud, S. (1991). Le moi et le ça. In S. Freud, *Œuvres complètes de Freud* (Vol. 16, pp. 255-301). PUF. (Trabalho original publicado em 1923)
- Freud, S. (1994). La question de l’analyse profane: entretien avec un homme impartial. In S. Freud, *Œuvres complètes de Freud* (Vol. 18, pp. 1-92). PUF. (Trabalho original publicado em 1926)
- Freud, S. (2010a). Abrégé de psychanalyse. In S. Freud, *Œuvres complètes de Freud* (Vol. 20, pp. 225-305). PUF. (Trabalho original publicado em 1940[1938])
- Freud, S. (2010b). L’analyse finie et l’analyse infinie. In S. Freud, *Œuvres complètes de Freud* (Vol. 20, pp. 13-55). PUF. (Trabalho original publicado em 1937)

Bernard Chervet

- Freud, S. (2010c). Constructions dans l'analyse. In S. Freud, *Œuvres complètes de Freud* (Vol. 20, pp. 57-73). PUF. (Trabalho original publicado em 1937)
- Kernberg, O. F. (1996). Thirty methods to destroy the creativity of psychoanalytic candidates. *International Journal of Psychoanalysis*, 77(5), 1031-1040.
- Kernberg, O. F. (2002). La formation psychanalytique: quelques préoccupations. *Revue Française de Psychanalyse*, 66(1), 227-251.
- Kernberg, O. F. & Michels, R. (2016). Thought on the present and future of psychoanalytic education. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 64(3), 477-493.

Tradução de Rogerio Lerner

Bernard Chervet
bernard@chervet.fr

DOI: 10.5935/0103-5835.v58n108.15